



AFRICA CENTER
FOR STRATEGIC STUDIES

**Fórum dos Parlamentares da África
Austral 2023:
Reforço das relações entre o Parlamento
e o Sector da Segurança**

PROGRAMA

novembro de 2023



AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES

Fórum dos Deputados da África Austral 2023: Reforço das relações entre o Parlamento e o Sector da Segurança

13 a 17 de novembro de 2023

PROGRAMA

Índice

Sobre o Centro África de Estudos Estratégicos.....	4
Introdução.....	5
Sessão 1: A Governança do Sector da Segurança como Instrumento de Supervisão do Poder Executivo.....	8
Sessão 2: Papéis e Responsabilidades dos Parlamentos e do Sector da Segurança na Supervisão.....	12
Sessão 3: Desenvolvimento de Estratégias de Segurança Inclusivas.....	16
Sessão 4: Orçamentação da Defesa.....	18
Sessão 5: Profissionalismo e Ética.....	20
Sessão 6: Construir Relações com as Comunidades e a Sociedade Civil.....	26
Sessão 7: O Fórum Parlamentar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (FP da SADC) e o seu Papel na Governança do Sector da Segurança.....	30

SOBRE O CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

Desde a sua criação, em 1999, o Centro de Estudos Africanos tem servido como um fórum de investigação, programas académicos e intercâmbio de ideias com o objetivo de aumentar a segurança dos cidadãos através do reforço da eficácia e responsabilização das instituições africanas, no apoio à política dos EUA para África.

VISÃO

Segurança para todos os africanos patrocinada por instituições eficazes e responsabilizadas perante os seus cidadãos.

A força motriz do Centro de Estudos Africanos é realizar a visão de uma África livre de violência armada e organizada, assegurada por instituições africanas comprometidas com a proteção dos cidadãos africanos. Este objetivo enfatiza o compromisso do Centro de Estudos Africanos em contribuir para impactos tangíveis ao trabalhar com os nossos parceiros africanos – militares, civis, governamentais e da sociedade civil, bem como nacionais e regionais. Todos desempenham papéis importantes na atenuação dos complexos fatores causadores dos atuais conflitos no continente. A responsabilização perante os cidadãos é um elemento importante da nossa visão, uma vez que salienta o facto de que, para serem eficazes, é preciso que as instituições de segurança, além de serem “fortes”, protejam e estejam atentas aos direitos dos cidadãos.

MISSÃO

Promover a segurança africana através da expansão da compreensão, disponibilização de uma plataforma confiável para o diálogo, construção de parcerias duradouras e catalisação de soluções estratégicas.

A missão do Centro de Estudos Africanos gira em torno da geração e disseminação do conhecimento através dos nossos programas académicos, investigação, comunicações estratégicas e associações comunitárias. Com base nas experiências práticas e nas lições aprendidas com os esforços de segurança no continente, procuramos gerar perceções e análises relevantes que possam informar profissionais e legisladores com respeito aos mais prementes desafios de segurança que enfrentam. Reconhecendo que a abordagem de desafios sérios só pode ocorrer através de intercâmbios francos e ponderados, o Centro de Estudos Africanos disponibiliza plataformas presenciais e virtuais, onde os parceiros podem partilhar opiniões sobre prioridades e boas práticas. Estes intercâmbios fomentam relacionamentos que, por sua vez, são administrados ao longo do tempo pelo Centro de Estudos Africanos através de associações de antigos alunos, comunidades de interesse, programas de acompanhamento e diálogos continuados entre participantes e funcionários. Esse diálogo – imbuído de experiências do mundo real e análises recentes – oferece uma oportunidade de aprendizagem contínua e catalisa ações concretas.

MANDATO

O Centro de Estudos Africanos é uma instituição do Departamento de Defesa dos EUA, criada e financiada pelo Congresso Americano, para o estudo de questões de segurança relacionadas com África e servir como fórum para investigações bilaterais e multilaterais, comunicação, intercâmbio de ideias e formação envolvendo participantes militares e civis. (10 U.S.C 342)

Introdução

Os parlamentos são cruciais para o controlo democrático e civil do sector da segurança na África Austral. O equilíbrio de poderes entre os ramos do governo é um princípio fundamental subjacente a muitos regimes com concorrência política multipartidária, mas um equilíbrio bem-sucedido exige a atribuição de poderes a todos os ramos do governo. Os legisladores podem ser uma ponte importante entre o sector da segurança e os cidadãos. Os deputados têm um papel crucial a desempenhar no reforço do sistema de verificações e controlos entre os diferentes ramos do governo do seu país. Conseguir um equilíbrio saudável é especialmente importante, mas extremamente difícil, em questões de segurança nacional.

Embora os parlamentos sejam instituições essenciais de supervisão do sector da defesa e segurança, o seu trabalho também é difícil nos sistemas fortemente presidencialistas de muitos países africanos. Os legisladores têm o potencial de desempenhar papéis críticos de governança do sector da segurança: supervisionando orçamentos e despesas de segurança, ajudando a melhorar a transparência e a prestação de contas das forças de segurança e conduzindo a sensibilização dos constituintes para criar políticas de segurança centradas nas pessoas que reflitam os interesses dos cidadãos e utilizem a experiência da sociedade civil. Os deputados africanos precisam de conhecimento, informação e relações de trabalho confiantes com funcionários de defesa e segurança para se destacarem nessas funções. Frequentemente, no entanto, nem os deputados nem os agentes de defesa e segurança encarregadas do engajamento legislativo estão tão ligados em rede nem tão mutuamente informados do respetivo trabalho quanto poderiam estar. Isso dificulta a sua capacidade de capitalizar interesses comuns na utilização do processo de governança do sector da segurança para ter legitimidade perante os cidadãos. Este fórum catalisará a aprendizagem entre pares sobre como reforçar as relações entre os parlamentos e o sector da defesa e segurança ao serviço de uma melhor governança do sector da segurança.

Historicamente, o planeamento e a prestação de serviços de segurança em muitos países da África Austral têm sido considerados como a área de especialização das forças armadas, da polícia e dos serviços de informação do ramo executivo do governo. No entanto, mais recentemente, as definições de segurança nacional de vários países africanos afastaram-se das construções orientadas para a segurança do Estado e do regime para visões que abrangem a segurança do cidadão e do ser humano, incluindo entendimentos mais sensíveis ao género e inclusivos de segurança nacional e da proteção pública. Neste contexto, é precisamente porque os funcionários do sector da defesa e da segurança têm o dever de proporcionar segurança e proteção fundamentais a todos os cidadãos que são partes interessadas críticas na supervisão parlamentar do sector. Os funcionários do sector da defesa e segurança podem melhorar a eficácia e a eficiência a longo prazo das suas instituições, bem como demonstrar o seu empenho na transparência e na responsabilização perante a população, respeitando o controlo do parlamento em matéria financeira e participando o melhor possível nos processos de supervisão parlamentar legalmente previstos no seu país.

Este programa presencial de cinco dias pretende providenciar um fórum para deputados da África Austral, para os seus funcionários e funcionários selecionados de defesa e segurança para analisar as tendências, desafios e inovações atuais no trabalho das legislaturas para promover o controlo democrático e civil do sector da segurança. Inovações, boas práticas e lições serão,

também, geradas através de uma série de consultas específicas por país entre autoridades parlamentares e de segurança, com a apresentação de conclusões numa clarificação comparativa. Graças à natureza multinacional do fórum, os participantes terão diferentes experiências políticas, contextuais e técnicas para partilhar. Os países incluídos no fórum diferem quanto ao grau de envolvimento da sua legislatura na governação da segurança, às regras eleitorais / instituições políticas / sistemas jurídicos que utilizam e à força dos blocos no poder e na oposição no parlamento. Estas semelhanças e diferenças facilitarão comparações frutuosas, bem como a identificação específica de abordagens práticas e ferramentas comuns para o envolvimento do parlamento e do sector da defesa/segurança nos aspetos de supervisão, responsabilização e divulgação da governança do sector da segurança.

Objetivos do Programa

Os objetivos do Fórum dos Deputados são:

1. Aprofundar a compreensão dos papéis parlamentares no processo de verificações e controlos para a governança democrática e do sector de segurança civil e contextualizar esses papéis em relação àqueles que os funcionários do sector de segurança desempenham vis-à-vis dos parlamentos da região.
2. Analisar como os deputados e os seus funcionários, bem como as autoridades de defesa e segurança, podem capitalizar as sinergias e ultrapassar as tensões no seu trabalho, particularmente em questões como profissionalismo / ética, orçamento / estratégia e construção de relacionamentos comunitários.
3. Expandir a compreensão das ferramentas, técnicas e práticas que os deputados africanos e os funcionários de segurança podem usar – tanto em conjunto quanto em tensão – para melhorar a oferta de segurança aos cidadãos através dos 3As (aptidão, autoridade e atitude).

Abordagem Académica

O Fórum de Deputados procurará facilitar o trabalho em rede entre países, catalisar a aprendizagem entre pares e a partilha de experiências de diferentes parlamentos africanos e sectores de segurança, e trazer à luz lições e boas práticas sobre os papéis que tanto os deputados como os funcionários de defesa e segurança desempenham nos processos de supervisão, responsabilização e divulgação que são partes essenciais do envolvimento legislativo na governação do sector de defesa e segurança. Fá-lo-á através de:

- a) Conteúdos académicos práticos deste programa de estudos que servem de base a debates, discussões e intercâmbios inovadores durante o fórum;
- b) Sessões plenárias virtuais que reforçam a aprendizagem entre pares e a partilha de experiências sobre desafios comuns e sucessos dignos de nota em vários aspetos da supervisão parlamentar do sector da segurança e do papel dos funcionários da defesa/segurança no processo;
- c) Discussões em pequenos grupos entre deputados e funcionários de diferentes países e regiões que reforcem os objetivos de aprendizagem, ajudando os participantes a partilhar lições aprendidas e ideias sobre o assunto;

- d) Exercícios de autoavaliação específicos para cada país sobre as funções e responsabilidades do parlamento e do sector da segurança em matéria de supervisão e responsabilização, que servirão de base às apresentações das delegações de cada país sobre as medidas que podem tomar no regresso a casa para reforçar as contribuições do parlamento e do sector da segurança para a supervisão.

O seminário será conduzido em inglês, francês e português. Uma política rigorosa de omissão da fonte aplica-se a todos os procedimentos do programa. Estas regras são vinculativas durante e após o seminário. Esperamos que isto lhe permita abordar livremente as questões sensíveis em discussão. Toda a documentação do programa será publicada no site do Centro de Estudos Africanos.

Programa

Este programa de estudos é um documento educativo destinado a expor os participantes a várias perspetivas para os ajudar a tirar o máximo partido do programa, não refletindo os pontos de vista ou a posição oficial do Departamento de Defesa ou do Governo dos EUA. Dá uma visão geral das principais ideias, debates e questões políticas relacionados com o envolvimento parlamentar na supervisão do sector segurança e defesa, bem como das contribuições dos sectores da defesa e segurança para a boa governança do sector da segurança.

Para cada sessão listada no programa, damos objetivos de aprendizagem e uma introdução ao tema da sessão plenária. Também listamos perguntas que os participantes devem estar preparados para responder nos grupos de discussão subsequentes à sessão plenária. Por fim, incluímos uma seleção de leituras recomendadas. Consulte-as, por favor, antes das sessões para as quais são indicadas.

O principal objetivo das leituras recomendadas é ajudar a enquadrar as questões e os desafios da coordenação segurança-justiça no contexto dos estudos disponíveis, provas empíricas e documentação política. Encorajamo-lo a partilhar questões e sugestões sobre os materiais e o fórum, uma vez que irá melhorar a qualidade dos nossos programas e a experiência de aprendizagem para todos. Estamos ansiosos por debater consigo tópicos específicos.

A maior parte da experiência e dos conhecimentos sobre estes temas vem da vossa parte. Encorajamo-lo vivamente a partilhar entre vós as experiências e conhecimentos, a desafiar e debater ideias que são levantadas no fórum e a utilizar o fórum como desejar para construir redes adicionais que possam ser úteis para a sua profissão.

Preparação do Fórum dos Deputados da África Austral

Antes de cada sessão do programa, pedimos-lhe que:

1. 1. Reveja a parte relevante do programa e consulte as leituras recomendadas.
2. 2. Pense nas perguntas do grupo de discussão da sessão em causa e considere que experiência do seu trabalho pode partilhar com os seus colegas.
3. 3. Esteja preparado para participar em grupos de discussão e interagir com outros participantes.

Sessão 1: A Governança do Sector da Segurança como Instrumento de Supervisão do Poder Executivo

Formato: Sessão Plenária (segunda-feira, 13 de novembro de 2023, 11:00-11:45)

Grupo de Discussão (Segunda-feira, 13 de novembro de 2023, 11:45-12:30)

Objetivos:

- Compreender a gama de instituições do poder executivo, instituições legislativas e judiciais que facilitam a supervisão democrática e civil do sector da segurança, bem como a razão pela qual o reforço das relações entre o sector da segurança e os funcionários parlamentares é importante para tornar a supervisão eficaz.
- Explorar como a governança do sector da segurança pode ajudar a enfrentar as atuais ameaças à segurança e as tendências de segurança emergentes na África Austral que os funcionários parlamentares e do sector da segurança encontram no seu trabalho.
- Familiarizar-se com um quadro prático para analisar a qualidade da supervisão do sector da segurança, com base na avaliação dos "3As": aptidão (se os legisladores têm os recursos e a capacidade para realizar a supervisão), autoridade (se os legisladores têm o mandato legal e as ordens permanentes para realizar a supervisão) e atitude (se os legisladores têm a motivação e os incentivos para conduzir a supervisão).

Contexto:

A supervisão parlamentar do sector da defesa e segurança desempenha um papel fundamental para facilitar a boa governança do sector da segurança. No entanto, os dois não são a mesma coisa. O controlo democrático e civil do sector da segurança é um aspeto da boa governança do sector da segurança que depende de várias instituições que trabalham em complementaridade para garantir que as forças de defesa e segurança, que "detêm e utilizam os meios de coerção em nome e para a proteção de toda a sociedade, não acabem por funcionar como uma ameaça para os elementos que supostamente deveriam proteger".¹ Em contrapartida, a supervisão parlamentar da segurança e da defesa é apenas uma parte do conjunto mais vasto de interações institucionais que conduzem a uma boa governança do sector da segurança. Isto cria um ambiente em que a prestação de segurança aos cidadãos se baseia em sete princípios fundamentais: responsabilização, transparência, Estado de direito, participação, capacidade de resposta, eficácia e eficiência.² Instituições de supervisão formal a nível nacional, como parlamentos, inspeções, "ombudsman", comissões independentes anticorrupção e de direitos humanos, desempenham um papel fundamental na monitorização das atividades e comportamentos das forças de segurança em relação aos cidadãos. As práticas quotidianas que os agentes de segurança exercem com os cidadãos também são importantes para garantir que o Estado de direito se aplica a todos os cidadãos titulares de direitos e para assegurar que os direitos das pessoas são respeitados apesar das diferenças de idade, género, religião, etnia, riqueza, filiação política ou outras características. A supervisão pública do sector da segurança também depende do trabalho firme das instituições não-governamentais, como as organizações da sociedade civil, os meios de comunicação social, as autoridades consuetudinárias ou religiosas, os grupos de mulheres e de jovens e os prestadores de serviços de segurança não estatais que funcionam no âmbito do Estado de direito.

Tal como articulado na Visão 2050 da SADC, os Estados Membros estão a trabalhar no sentido de "reforçar a cooperação política, melhorar a democracia, a boa governança, o Estado de direito, os

direitos humanos e a segurança humana" e "reforçar o sistema de defesa e segurança coletiva capaz de salvaguardar a integridade territorial da região".³ Quer as principais questões de interesse digam respeito ao extremismo violento, à criminalidade organizada transnacional, à cibersegurança, à segurança ambiental e alimentar, à migração, ao desemprego dos jovens ou a outras questões, o envolvimento de todos os ramos do governo, bem como do Estado e da sociedade, é crucial na governação do sector da segurança. Idealmente, os parlamentos fazem parte de uma arquitetura institucional mais ampla de provisão de segurança centrada nas pessoas do país. As partes do sistema trabalham em conjunto e em tensão para garantir que os serviços de defesa e segurança são obrigados a cumprir normas claras na sua prestação de segurança centrada nas pessoas; que as pessoas de vários géneros, idades, partes da sociedade, geografias e sectores são consultadas na criação de estratégias e políticas de defesa e segurança; que uma série de instituições de supervisão internas e externas aos serviços de defesa e segurança estão ativamente envolvidas na regulação da prestação de segurança em conformidade com o Estado de direito; que existe informação independente disponível sobre a qualidade da segurança prestada; e que existem planos para gerir os recursos de segurança de uma forma coordenada e capaz.⁴

A supervisão parlamentar do sector da defesa e segurança – bem como a responsabilização do sector da defesa e segurança perante o parlamento e a população – pode influenciar estes resultados de várias formas.⁵ Em primeiro lugar, os parlamentos exercem o seu poder económico ("poder da bolsa") ao supervisionarem a aprovação e a correta execução do orçamento de defesa e segurança em cada ano. Além disso, os parlamentos podem responsabilizar os governos pelas suas decisões em matéria de defesa e segurança, trabalhando com organismos independentes como "ombudsman", instituições supremas de auditoria e comissões independentes anticorrupção e de direitos humanos para recolher informações, estudar as questões em causa e formular recomendações sobre estratégias, políticas e atividades. Os funcionários do sector da defesa e da segurança têm deveres e responsabilidades para que são mandatados. Em particular, são obrigados a fornecer informações sobre certos aspetos das suas atividades ao parlamento, têm a oportunidade de explicar as suas tomadas de decisões em matéria de segurança e defesa perante o parlamento e espera-se que considerem cuidadosamente as recomendações do parlamento no seu trabalho. O sucesso do processo depende, portanto, da medida em que os deputados, os seus funcionários e os responsáveis pela defesa e segurança que fazem a ligação com o parlamento cumpram as suas "obrigações essenciais interligadas" de uma forma prática, criativa e respeitadora da Constituição.

A qualidade da supervisão parlamentar é função de três elementos básicos: **aptidão, autoridade e atitude**. A aptidão refere-se ao facto de os legisladores disporem dos recursos financeiros, técnicos e humanos necessários para efetuar a supervisão; a autoridade diz respeito ao facto de os legisladores disporem do mandato legal e de ordens permanentes suficientemente específicas para poderem efetuar a supervisão; e a atitude refere-se ao facto de os legisladores terem motivação, vontade e incentivos suficientes para efetuar o controlo.⁶ Uma combinação destes fatores afeta os resultados da supervisão e da governança da segurança; estes resultados também diferem de acordo com a história, as configurações institucionais e os contextos políticos e económicos de cada país. No entanto, em muitos países, o poder está fortemente concentrado no poder executivo, o que tem dificultado a supervisão dos orçamentos dos serviços de segurança, das missões e da conduta por parte dos legisladores. Algumas dificuldades resultam de uma cultura de secretismo em matéria de defesa e segurança, bem como de tendências passadas de os

governos darem prioridade à segurança do Estado em detrimento da segurança dos cidadãos. Apesar destes desafios, os analistas também notam que os parlamentos africanos estão a fazer a diferença na governança dos seus países.⁷ Há quem diga que os parlamentos africanos estão a passar por um "despertar" massivo.⁸

Estas afirmações merecem ser analisadas em relação aos esforços do Parlamento na supervisão do sector da defesa e segurança, especificamente. Haverá formas de os responsáveis pela defesa e segurança, bem como os deputados e os seus funcionários, melhorarem as relações entre si para que os processos de supervisão e responsabilização tenham ainda mais impacto na segurança dos cidadãos?

Questões para Discussão:

- No seu país ou região, acha que os parlamentos africanos estão cada vez mais a afirmar as suas funções de supervisão e que os funcionários da defesa e da segurança se sentem confortáveis no seu papel de responsabilização pelas suas atividades? Porquê ou porque não?
- O modelo dos "3As" agrada-lhe inicialmente como forma de compreender melhor a qualidade da supervisão parlamentar do sector da defesa e da segurança no seu país? Quais parecem ser os seus pontos fortes e fracos?
- Como descreveria a capacidade dos parlamentos do seu país ou região para compreender, representar e responder aos desafios da segurança e da justiça de uma forma inclusiva e centrada nas pessoas?
- O que é que faz um legislador eficaz, mesmo num sistema em que pode haver uma forte concentração de poder no poder executivo em relação ao poder legislativo e ao poder judicial?

Leituras Recomendadas:

1. Adedeji Ebo, "Parliamentary Oversight of the Security Sector in West Africa: Addressing Democratic Governance Deficits," in Adedeji Ebo and Boubacar N'Diaye, eds. [*Parliamentary Oversight of the Security Sector in West Africa: Opportunities and Challenges*](#), Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2008, pp. 3-11.
"Contrôle parlementaire du secteur de la sécurité en Afrique de l'Ouest : les déficits du gouvernance démocratique, une entrée en matière," dans Adedeji Ebo et Boubacar N'Diaye, eds., [*Contrôle parlementaire du secteur de la sécurité en Afrique de l'Ouest*](#), DCAF, 2008, pp. 3-12.
2. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. "[Security Sector Governance: Applying Principles of Good Governance to the Security Sector](#)," 2015.
Centre pour le contrôle démocratique des forces armées – Genève. « [La gouvernance du secteur de la sécurité : Appliquer les principes de bonne gouvernance au secteur de la sécurité](#), » 2015.

3. União Interparlamentar. "Supervisão Parlamentar", em [Global Parliamentary Report 2017 Parliamentary Oversight: Parliament's Power to Hold Government to Account](#)," pages 13-27.

União Interparlamentar: « Le contrôle parlementaire, » dans [Rapport Parlementaire Mondial 2017 - Le Contrôle Parlementaire: Le Pouvoir du Parlement de Demander des Comptes au Gouvernement](#)," pages 13-30.

Sessão 2: Papéis e Responsabilidades do Parlamento e do Sector da Segurança na Supervisão

Formato: Sessão Plenária (segunda-feira, 10 de julho de 2023, 13:30-15:00)

Grupo de Discussão (segunda-feira, 10 de julho de 2023, 15:30-17:00)

Objetivos:

- Delinear as principais responsabilidades dos deputados nos domínios da supervisão, da responsabilização e dos elementos de divulgação da governação do sector da segurança.
- Compreender os principais papéis que as várias partes do sector da segurança desempenham na governação democrática e civil do sector da segurança.
- Analisar a gama de sucessos e desafios que os deputados da África Austral e os funcionários do sector da defesa/segurança sentiram no exercício das suas funções e responsabilidades.

Contexto:

Idealmente, a segurança é um bem público providenciado à população de acordo com padrões de excelência que são monitorizados e aplicados através de um sistema que depende de todos os ramos do governo. A funcionalidade do sistema depende não só do facto de os deputados agirem como representantes efetivos dos seus eleitores, mas também do facto de o mais vasto leque de funcionários da defesa e da segurança assumirem o seu dever de prestar contas ao público através do parlamento.⁹

Os poderes de supervisão do Parlamento contribuem para um sistema de verificações e controlos que ajuda a facilitar o desenvolvimento de políticas e programas de segurança que satisfazem as necessidades de todas as pessoas sem discriminação. Uma vez que uma das funções dos órgãos legislativos e dos partidos políticos que os constituem é representar os interesses dos cidadãos, o parlamento "tem o dever e o direito de exercer um juízo sobre todas as facetas da vida pública, incluindo o sector da segurança".¹⁰ Os parlamentos têm uma série de funções e responsabilidades que exercem através do seu trabalho. Frequentemente, os deputados podem utilizar os seus pontos de vista institucionais para aprovar ou modificar os orçamentos de defesa, supervisionar o destacamento de tropas e rever as aquisições de defesa e segurança. Para além destas funções de **supervisão**, os deputados podem também ter a oportunidade de reforçar a **responsabilização** do sector da segurança perante os cidadãos em questões relacionadas com o respeito dos direitos humanos e do Estado de direito. Por exemplo, a competência e a vontade dos legisladores de aplicar uma perspetiva de género no seu trabalho de supervisão do sector da segurança pode moldar diretamente o desempenho do sector da segurança de uma forma que afeta todos os cidadãos. Os deputados podem ajudar a garantir que os deveres das forças armadas para com todos os cidadãos sejam claramente delineados na lei e que os seus eleitores compreendam os padrões de conduta ética e profissional dos agentes da segurança. Além disso, os deputados desempenham uma função crítica de **divulgação** no seu papel de representação. Graças à ligação eleitoral com os seus eleitores, dispõem de um ponto de vista único para moldar a política de segurança de forma a satisfazer as necessidades de todos os cidadãos.

Os peritos do sector da defesa e segurança estão entre os mais bem colocados para informar os deputados e os seus funcionários sobre a evolução das ameaças, a tomada de decisões

estratégicas, as questões de pessoal e o funcionamento dos complexos sistemas de segurança e defesa necessários para responder às preocupações de segurança. A sua contribuição ativa para os processos parlamentares pode melhorar a qualidade tanto da política de segurança como da supervisão. Aqueles que, no sector da segurança, arriscam a vida pelo seu país estão autorizados a empregar força letal ao serviço da sua missão, mas também serão responsabilizados perante o Parlamento e perante o sistema judicial, no âmbito do Estado de direito, pelas suas decisões quanto ao uso dessa força.¹¹ O sistema de cada país difere na forma como exerce o controlo democrático civil e a responsabilização parlamentar: Em alguns sistemas, o pessoal uniformizado não pode ser convocado para testemunhar diretamente perante o parlamento (ou às respetivas comissões) e, assim, a responsabilização passa antes pelo gabinete do funcionário executivo responsável, que pode ser chamado a prestar contas ao parlamento. Noutros sistemas, os chefes do pessoal da defesa e/ou os ministros da defesa, da Segurança e do Interior, enquanto líderes dos seus sectores; podem ser chamados a comparecer perante o Parlamento para responder a perguntas. Essas perguntas podem abranger políticas e orçamentos sectoriais, aquisições, destacamentos de tropas, estrutura de forças e outros tópicos. As comissões parlamentares de inquérito estão igualmente autorizadas a trabalhar no âmbito de competências específicas que possam justificar a cooperação e a coordenação com membros do sector da segurança.¹² Cada parlamentar deve discernir como garantir a responsabilização no seu próprio sistema institucional.

Uma combinação de fatores relacionados com a aptidão, a autoridade e a atitude (os "3As") influencia a forma como as legislaturas desempenham as suas funções e responsabilidades. Por um lado, os parlamentos africanos são muitas vezes descritos como contrapartes fracas de poderosos ramos executivos, ou como veículos propensos a limitarem-se a carimbar orçamentos de defesa e outras medidas de segurança nacional. Desde a independência, algumas legislaturas africanas tiveram mais oportunidades do que outras para desenvolver a autonomia institucional que facilita a supervisão efetiva da defesa e da segurança. A autoridade legal dos parlamentos para realizar este trabalho foi ameaçada em vários países por golpes militares. Por outro lado, há exemplos de deputados e respetivos funcionários que realizam o trabalho de supervisão de forma diligente e tenaz, mesmo quando são necessárias adaptações para ultrapassar barreiras como uma "cultura de secretismo" em torno do acesso à informação sobre defesa e segurança, ou limitações nos recursos para o reforço das capacidades parlamentares, apoio logístico ou investigação e análise independentes. Face a culturas enraizadas de sexismo institucional, alguns parlamentos africanos também lideraram o mundo na introdução de medidas para diversificar a autoridade legislativa, melhorando a representação das mulheres.¹³

Os deputados devem também demonstrar um potencial^{4º} A ("agilidade") no trabalho com o seu pessoal e as suas contrapartes do sector da defesa e segurança. O facto de serem criativos, adaptáveis e contextualmente flexíveis também determinará o tipo de impacto que podem ter na paz e na segurança na região. A boa notícia é que, mesmo em países com histórias e experiências variadas de desenvolvimento legislativo, há uma procura notável da supervisão e da responsabilização que os parlamentos e as suas contrapartes da defesa/segurança podem proporcionar. Em termos globais, os últimos inquéritos de opinião pública do Afrobarómetro demonstram que os cidadãos são favoráveis a uma supervisão reforçada do poder executivo e esperam uma governança responsável.¹⁴ No entanto, o Índice Ibrahim mostra que as perceções públicas da qualidade real da governança africana estão em declínio. Uma forte supervisão parlamentar dos orçamentos para a segurança e defesa, ações e políticas - associada a uma

aproximação cuidadosa dos deputados aos eleitores preocupados com as políticas e os desafios de segurança – são ferramentas para criar confiança no público. Investir no desenvolvimento profissional dos funcionários e assistentes parlamentares é também uma área em que esforços modestos poderiam produzir ganhos significativos na eficácia institucional.

O modelo dos "3As" não tem sido convencionalmente aplicado para analisar a responsabilização do sector da defesa/segurança perante o parlamento. No entanto, vale a pena considerar a utilidade do modelo. Alguns podem argumentar que, como parte do poder executivo, a autoridade do sector da segurança é claramente delineada e amplamente facilitada pelo Estado, e embora a capacidade de resposta dos funcionários do sector da segurança às suas chamadas para prestar contas perante o parlamento seja notável, pode não haver tanta abertura ou vontade de participar no processo em geral (ou seja, atitude). No entanto, os funcionários do sector da defesa e segurança tendem a dispor de mais recursos do que os seus supervisores parlamentares, bem como de muito mais informação de acesso e oportunidades de aproximação aos cidadãos no seu trabalho, mesmo que a sua ligação a esses cidadãos não seja partidária (como é o caso dos deputados).

Questões para discussão:

- Diz-se que a qualidade da supervisão parlamentar do sector da segurança é uma função dos "3As": *aptidão* (se os deputados têm os recursos e a capacidade para realizar a supervisão), *autoridade* (se os deputados têm o mandato legal e ordens permanentes suficientemente detalhadas para realizar a supervisão) e *atitude* (se os deputados têm a motivação e os incentivos para realizar a supervisão). Qual é a posição do seu parlamento nacional em relação a cada um destes três fatores no que se refere à supervisão da defesa e da segurança e porquê?
- Como aplicaria o modelo dos "3As" para avaliar a qualidade da responsabilização do sector da defesa e segurança perante o parlamento e a população?
- Em sua opinião, de que forma as contribuições dos deputados e dos responsáveis pela segurança para a qualidade da supervisão legislativa do sector da segurança foram afetadas por fatores como a intensidade do partidarismo num país, bem como o estado atual das relações entre civis e militares no país? Existem abordagens, ferramentas ou técnicas que possam ser utilizadas pelos deputados e funcionários da defesa/segurança para enfrentar alguns destes desafios?
- O que contribui para uma relação eficaz entre os deputados e o pessoal da defesa/segurança que trabalha com eles na supervisão e responsabilização?

Leituras Recomendadas:

1. Dan Kuwali, "[Oversight and Accountability to Improve Security Sector Governance in Africa](#)", African Security Brief no. 42, 11 de setembro de 2023.
2. Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces. "[Parliaments: Roles and Responsibilities in Good Security Sector Governance](#)," 2015.

Centro para o Controlo Democrático das Forças Armadas –Genebra. "[Les Parlements: Rôles et Responsabilités dans la Bonne Gouvernance du Secteur de la Sécurité](#)," 2015.

3. Sobre o novo livro, *The Awakening of African Parliaments* (by Nayé Anna Bathily): Olivier Marbot, "[African Parliaments: Do They Carry Any Real Political Weight?](#)" *The Africa Report*, 6 de julho de 2021.

A propos du nouvel ouvrage, *L'éveil des Parlements africains* (par Nayé Anna Bathily): Oliver Marbot, « [Les parlements servent-ils vraiment à quelque chose?](#)» *Jeune Afrique*, 3 juillet 2021.

4. Centro África de Estudos Estratégicos, "[The Role of Parliamentary Committees in Building Accountable, Sustainable, and Professional Security Sectors](#)", abril de 2023.

Centro África de Estudos Estratégicos, "[Le rôle des commissions parlementaires de défense et de sécurité dans la construction de secteurs de la sécurité redevables, professionnels et soutenables en Afrique](#)," 3 avril 2023.

Sessão 3: Desenvolvimento de Estratégias de Segurança Inclusivas

Formato: Sessão Plenária (terça-feira, 15 de novembro, 9:00-10:30)

Grupo de Discussão (terça-feira, 15 de novembro, 11:00-12:30)

Objetivos:

- Explorar as sete fases cíclicas do desenvolvimento da estratégia de segurança nacional para identificar as áreas em que os deputados e os responsáveis pela defesa/segurança podem aumentar as oportunidades de tornar o processo inclusivo para os cidadãos e os constituintes.
- Analisar as formas e os meios que os funcionários do sector da segurança têm para se envolverem com os deputados, a fim de desenvolverem e implementarem estratégias e políticas de segurança nacional que facilitem a prestação de segurança e justiça aos cidadãos.
- Discutir a forma como os deputados e os funcionários parlamentares podem trabalhar com os órgãos consultivos de segurança nacional para monitorizar e avaliar a implementação da estratégia de forma a reforçar a segurança dos cidadãos e a supervisão civil do sector da defesa.

Contexto:

Os parlamentos são instituições cruciais para representar os interesses e as necessidades dos cidadãos em matéria de segurança nos processos de aplicação da estratégia e da política de segurança nacional do seu país. Uma Estratégia de Segurança Nacional (ESN) providencia uma estratégia nacional unificada para a defesa democraticamente legítima e a provisão de segurança pública. Uma ESN explica como uma nação define a segurança e a proteção e como pretende alcançá-las. É um documento que descreve os valores fundamentais que uma sociedade prioriza para garantir a segurança nacional e a segurança pública. É também um documento prático que permite a todos os elementos do sector da segurança alinharem as suas próprias estratégias sectoriais e políticas internas para alcançar estes objetivos no que diz respeito a estes valores.

Frequentemente iniciadas por responsáveis da defesa e da segurança, as estratégias de segurança nacional servem de ponto de referência para os decisores de todo o sector da segurança. O processo de desenvolvimento de uma estratégia de segurança nacional é ainda mais importante do que o próprio produto. O processo ativa diferentes partes interessadas para desenvolver uma grande estratégia que promova a coordenação entre agências e ministérios, o alinhamento de recursos e o aproveitamento de parcerias externas, a definição de prioridades em matéria de ameaças à segurança e a promoção de uma visão comum da segurança nacional. A participação de diversas partes interessadas no processo – incluindo o parlamento, mas também os cidadãos nos seus próprios termos, sem intermediários – permite que os decisores proporcionem aos cidadãos a segurança que desejam e garantam que aqueles cujos interesses são tradicionalmente negligenciados também sejam contemplados.¹⁵

Até recentemente, a maior parte das estratégias de segurança nacional africanas foram classificadas e elaboradas sem grande participação dos cidadãos e dos representantes das instituições de governança do sector da segurança. Contudo, os responsáveis pela defesa e segurança em alguns países começaram a tornar o processo mais participativo e inclusivo. (Ver alguns estudos de caso do Botswana, África do Sul, Madagáscar, Níger, Gâmbia, Nigéria e

Senegal [aqui](#)). Embora o parlamento nem sempre aprove estas estratégias, o envolvimento dos deputados e dos seus funcionários no processo de criação torna a estratégia de segurança nacional um instrumento adicional para os deputados divulgarem o seu trabalho. Os deputados podem também ter interesse em trabalhar com os agentes da sociedade civil, que têm contributos importantes para a estratégia e os processos de elaboração de políticas e que podem também ser convidados a participar em consultas com os agentes da segurança nacional que mais provavelmente conduzirão estes esforços.

Várias fases do processo de desenvolvimento da estratégia de segurança nacional têm o potencial de incluir não só uma vasta gama de funcionários da defesa e segurança, mas também o parlamento e os cidadãos que são constituintes dos deputados. As oportunidades podem variar consoante o contexto, mas há sete fases em que as partes interessadas podem ter de considerar a forma como os cidadãos e o parlamento podem ser envolvidos no desenvolvimento de estratégias de segurança inclusivas. Frequentemente, na fase de início, o poder executivo designa uma agência líder que realiza estudos de viabilidade, cria um calendário, desenvolve um plano de sensibilização e educação do público e nomeia um comité de redação. Na fase de avaliação, o comité de redação recolhe os dados e informações necessários de um vasto leque de partes interessadas para fundamentar a estratégia. Na fase de elaboração, o rascunho zero da estratégia é produzido depois de o comité ter definido os valores, interesses, ameaças e oportunidades do país e ter priorizado os objetivos em conformidade. Na fase de consulta e revisão, o rascunho zero é distribuído para revisão através de "fora" públicos, diálogos nacionais e workshops de especialistas. A quinta fase é a adoção e aprovação. Se a aprovação do parlamento não for um requisito formal, o comité pode ainda optar por apresentar um projeto final numa base voluntária ao parlamento e ao sector da segurança para discussão. Posteriormente, várias partes interessadas são envolvidas na divulgação da estratégia junto das comunidades e dos cidadãos. Há também uma fase de implementação, monitorização e revisão em que os ministérios responsáveis e as instituições de segurança desenvolvem planos sectoriais. Os parlamentos, a sociedade civil e a autoridade que iniciou o desenvolvimento da estratégia de segurança nacional podem participar na monitorização e na avaliação da execução da estratégia. Através destes canais, os deputados e os seus funcionários podem ajudar a promover políticas de segurança centradas nas pessoas, que reflitam as realidades vividas pelos seus constituintes e incorporem as vozes e os conhecimentos da sociedade civil na estratégia.

Em última análise, uma vez que as estratégias são a ponte entre as políticas e os orçamentos, e todas elas são essenciais para garantir a segurança dos cidadãos, são áreas propícias a um maior envolvimento entre o parlamento e o sector da segurança.

Questões para discussão:

- Qual é a situação do seu país no que respeita ao desenvolvimento e à implementação de uma estratégia de segurança nacional? Qual deve ser o papel do Parlamento no processo e porquê?
- Quais são os pontos fortes e fracos que os oficiais de defesa/segurança e os deputados trazem para a mesa para garantir que uma ampla gama de cidadãos (mulheres, jovens, sociedade civil, pessoas de áreas marginalizadas do país) seja incluída no desenvolvimento e implementação da estratégia de segurança nacional?

- Que outras instituições de supervisão existem dentro e fora dos órgãos de defesa e segurança do poder executivo do governo que têm papéis a desempenhar na monitorização e avaliação da implementação da estratégia de segurança nacional e das políticas sectoriais que influenciam a prestação de serviços de segurança aos cidadãos? Quais são algumas das boas práticas para os deputados e os responsáveis pela defesa/segurança que procuram reforçar a supervisão civil ajudando as várias instituições de supervisão dos seus países a trabalhar em conjunto de forma eficaz?

Leituras Recomendadas:

1. Centro África de Estudos Estratégicos, [National Security Strategy Development in Africa: Toolkit for Drafting and Consultation](#), 2021.
[Développement d'une stratégie de sécurité nationale en Afrique : Outil de rédaction et de consultation](#), 2021.
[Desenvolvimento da Estratégia de Segurança Nacional em África: Um kit de ferramentas para consulta e preparação](#), 2021.

Sessão 4: Orçamentação da Defesa e da Segurança

Formato: Sessão Plenária (terça-feira, 15 de novembro, 13:30-15:00)

Grupo de Discussão (terça-feira, 15 de novembro, 15:30-17:00)

Objetivos:

- Avaliar as ferramentas e técnicas que os deputados podem utilizar para se envolverem com o sector da segurança, a fim de supervisionarem eficazmente os orçamentos de defesa e segurança ao longo do ciclo orçamental.
- Discutir a forma como os deputados e os funcionários do sector da segurança deveriam lidar com informações secretas e confidenciais relevantes para a supervisão orçamental.
- Analisar as abordagens e os instrumentos de que os deputados dispõem para garantir a transparência dos contratos públicos no domínio da segurança e defesa e a melhor forma de os utilizar para prevenir a corrupção e melhorar a gestão eficiente e eficaz dos recursos de segurança.

Contexto:

Os parlamentos têm o poder económico e uma das suas principais responsabilidades é apropriar, aprovar e supervisionar os orçamentos de defesa e segurança, recorrendo a ferramentas como a colocação de questões aos ministros, a realização de audições, a condução de inquéritos especiais e a organização de visitas paralelas para obterem a informação de que necessitam para efetuarem uma supervisão exaustiva e rigorosa. São complexos os desafios que se colocam à supervisão dos orçamentos de segurança e defesa, nomeadamente nas democracias emergentes. A região da África Austral, como qualquer outra parte do mundo, precisa de garantir a máxima eficiência na gestão e execução do orçamento do sector da segurança e defesa. Os governos têm o dever de investir fundos adequados para proteger os cidadãos e o interesse nacional através da manutenção de serviços de segurança e defesa profissionais, bem equipados e com recursos adequados. O orçamento de segurança e defesa de um governo descreve os seus planos para o fazer. E os parlamentos podem desempenhar um papel para garantir que esta obrigação seja cumprida. Podem prevenir a má utilização das finanças públicas através do exercício das suas funções de supervisão, deliberativas e legislativas.

A falta de transparência na gestão dos recursos de segurança, em particular no que diz respeito às aquisições no sector da defesa, é muito preocupante para os profissionais e cidadãos africanos da área da segurança.¹⁶ Esta situação constitui uma séria ameaça à segurança e à estabilidade.¹⁷ O Índice Ibrahim de Governança Africana refere que, embora se tenham registado melhorias na luta contra a corrupção em África durante a última década, os contratos públicos tornaram-se menos competitivos, com uma menor aplicação da lei contra as empresas que violam as regras em matéria de contratos públicos.¹⁸ As práticas e normas informais enraizadas, incluindo o clientelismo e a corrupção, podem desempenhar um papel prejudicial nos contratos públicos. A supervisão legislativa pode, no entanto, ajudar a atenuar os desafios relacionados com as más práticas nas aquisições ou contratação. A supervisão externa por parte do parlamento pode também contrabalançar deficiências das inspeções e auditorias internas. Os parlamentos africanos também podem ajudar a reforçar a proteção dos denunciantes para incentivar a denúncia de más práticas no sector da defesa.¹⁹

A orçamentação da defesa e segurança é uma área promissora para a inovação no reforço das relações entre os deputados e os funcionários da defesa/segurança que dependem dos seus recursos. Os deputados devem estar ativamente envolvidos em todos os aspetos da gestão da segurança e da defesa, incluindo a organização de debates sobre questões de segurança e defesa, a análise de projetos de lei relevantes, o escrutínio dos processos orçamentais e a contribuição para a elaboração de estratégias que informam o orçamento. Têm interesse em trazer os responsáveis pela defesa e segurança para o processo de supervisão, a fim de fornecerem explicações, informações ou conhecimentos estratégicos e técnicos que lhes permitam avaliar corretamente o orçamento. Os orçamentos também têm de ser escrutinados para garantir que refletem as necessidades de segurança de todas as camadas da população, por exemplo, incluindo com base no género.

Os responsáveis pela defesa e segurança têm interesse em ser interlocutores proativos e profissionais consumados na partilha de conhecimentos e experiência durante estes intercâmbios. A investigação mostra que as despesas militares são mais eficazes no combate à insegurança a longo prazo quando são orientadas por políticas públicas centradas nos cidadãos. Um aumento incontrolado das despesas militares sem orientação política pode ser contraproducente e não conseguir conquistar a confiança dos cidadãos. As despesas com a defesa sem controlo podem excluir o investimento em serviços públicos que promovem a segurança humana, tais como a saúde, a educação e a justiça. Ao fazer estas cedências, as partes interessadas no processo orçamental podem esperar que o debate robusto, as divergências profissionais, a criação de confiança e a triangulação de informações com fontes independentes façam parte do processo.

Quando bem conduzido, o processo de supervisão assegurará que o orçamento respeita os princípios orçamentais fundamentais, como a contestabilidade, a exaustividade, a responsabilidade e a transparência.²⁰ Para além da autoridade parlamentar para supervisionar e aprovar o orçamento, também conta a capacidade parlamentar para analisar o orçamento. Uma boa análise pode provir de várias fontes: dos funcionários civis eleitos com formação técnica adequada em matéria de supervisão orçamental, dos funcionários parlamentares que dispõem dos recursos e dos conhecimentos necessários para analisar as questões fiscais e de segurança, e de um Gabinete Parlamentar do Orçamento (GPO) ou de qualquer outro equivalente que faça uma análise especializada independente dos documentos orçamentais. São igualmente úteis estruturas que permitam uma análise aprofundada, o debate e a colaboração no seio e entre as comissões parlamentares relevantes. A disponibilidade dos deputados para comunicar com os funcionários do sector da segurança responsáveis pela ligação com o Parlamento sobre o orçamento e com os funcionários do Tribunal de Contas afeta ainda mais os resultados orçamentais.

Idealmente, o orçamento para a defesa e a segurança será definido no contexto de uma estratégia de segurança nacional. As despesas militares, por si só, não podem fazer face às ameaças à segurança sem uma estratégia de segurança nacional abrangente que ajude os líderes de um país a alinhar os recursos para atingir os objetivos. Esta é uma segunda área de sobreposição dos interesses dos líderes parlamentares e dos líderes da defesa/segurança.

Questões para discussão:

- Quais têm sido os pontos fortes e fracos do parlamento na supervisão do orçamento da defesa e segurança e quais têm sido os pontos fortes e fracos do sector da defesa

na facilitação deste processo? Como é que os 3As (aptidão, autoridade, atitude) podem explicar estes resultados?

- Em que medida é que o trabalho entre os partidos políticos influencia a supervisão orçamental no seu país, quer formal quer informalmente? Qual a importância do debate e da discussão multipartidária para a supervisão legislativa dos orçamentos e despesas do sector da segurança?
- Como é que você e os seus colegas lidaram com questões relacionadas com o sigilo das informações sobre o orçamento e as despesas da defesa e da segurança, ou com informações relacionadas com destacamentos, missões e projetos das forças de segurança?

Leituras Recomendadas:

1. Amor Tounakti, "[Les principes du contrôle budgétaire des dépenses de défense et de sécurité dans le monde francophone](#)," dans *La réforme des systèmes de sécurité et de justice en Afrique francophone*, Organisation Internationale de la Francophonie, pages 203-211.
2. Mphatso Jones Bothi Phiri, "Executive Supremacy and the Armed Forces: [A Case Study of Public Finance Management in Malawi](#)," in *Beyond Impunity : New Directions for Governance in Malawi*, University of Cape Town Press, 2022
3. "[The Role of the Legislature in the Budget Process: The Case of Kenya](#)," Collaborative Africa Budget Reform Initiative, 2018.
4. "Preamble" and "Information that May Be Withheld on National Security Grounds and Information that Should Be Disclosed," [The Global Principles on National Security and the Right to Information \(The Tshwane Principles\)](#), Open Society Justice Initiative, 2013, pages 7, 19-28.

« Préambule » et « Informations pouvant être retenues pour des raisons de sécurité nationale, et informations devant être divulguées, » [Principes globaux sur la sécurité nationale et le droit à l'information \(Principes de Tshwane\)](#), » 2013, pages 9, 23-32.

«Preâmbulo» e «Informação que pode ser retida por razões de segurança nacional e informação que deve ser divulgada» [Princípios globais sobre segurança nacional e o direito à informação \(Os Principios de Tshwane\)](#), 2013, 1-3, 9-15.

Sessão 5: Profissionalismo e Ética

Formato: Sessão Plenária (quinta-feira, 16 de novembro, 09:00-10:30)

Grupo de Discussão (quinta-feira, 16 de novembro, 11:00-12:30)

Objetivos:

- Explorar semelhanças e diferenças nas normas profissionais e nos códigos de conduta ética que definem as relações dos deputados com o sector da segurança alargado aos cidadãos que servem, identificando pontos de sinergia e áreas de tensão nas abordagens das diferentes instituições às suas respetivas missões.
- Analisar as formas e os meios de que os deputados dispõem para promover o profissionalismo dos serviços de segurança em relação aos cidadãos e a melhor forma de utilizar esses instrumentos para combater os abusos ou as violações da ética e da conduta dos agentes de segurança.
- Comparar e contrastar as ferramentas de que dispõem os deputados e os funcionários do sector da segurança para garantir a transparência nos contratos públicos de segurança e defesa, e como podem utilizar melhor essas ferramentas para melhorar a gestão dos recursos de segurança.

Contexto:

De acordo com a conceção constitucional, os deputados e os seus funcionários desempenham papéis diferentes na governança do sector da segurança do que os funcionários da defesa e da segurança. O processo de supervisão é intencionalmente estruturado para garantir que o poder dos serviços de segurança sobre o uso da força é limitado pelo poder do parlamento sobre o orçamento. Estes limites ao uso do poder de cada instituição criam a necessidade de trabalharem no respeito mútuo, ao mesmo tempo que proporcionam uma base para que o público confie que os seus direitos serão protegidos contra abusos (quer por uso indevido da força, quer por uso indevido de fundos públicos). No entanto, mesmo neste contexto institucional, os deputados e os responsáveis pela defesa e segurança que fazem a ligação com cada legislatura partilham interesses. Ambos têm missões de serviço público adaptadas ao seu papel no Estado, e ambos querem que o governo providencie segurança aos cidadãos que servem.

Os deputados e os funcionários do sector da segurança não têm códigos de ética ou culturas de profissionalismo idênticos, mas existe potencial para que os deputados e os funcionários do sector da segurança capitalizem as suas sinergias neste domínio e trabalhem em conjunto ao serviço do público, ao mesmo tempo que ultrapassam eficazmente as tensões naturais que possam surgir. Por exemplo, a paz e a segurança duradouras são mais prováveis quando os cidadãos têm razões para: (i) confiar que os funcionários eleitos representam e defendem os seus interesses de segurança de forma precisa e competente e (ii) confiar que o sector da segurança respeita os parâmetros constitucionais da supervisão civil. Assim, elevados padrões de profissionalismo e códigos éticos claros são ferramentas fundamentais que os deputados e os funcionários do sector da segurança têm interesse em cultivar.

O Parlamento e o sector da segurança têm trabalhado sobre estas questões, com processos e resultados algo diferentes. Durante a última década, vários parlamentos da África Ocidental criaram códigos relevantes baseados no direito constitucional, nas regras de procedimento legislativo ou numa combinação dos mesmos.²¹ No entanto, variam os mecanismos disponíveis

para fazer cumprir os códigos de ética. Os códigos efetivamente aplicados, contudo, podem ser instrumentos úteis para o parlamento reforçar a confiança dos cidadãos na integridade dos seus dirigentes eleitos. São também diretrizes úteis para os deputados que navegam num ambiente político onde podem desempenhar em simultâneo vários papéis (talvez também como funcionário municipal, empresário ou líder tradicional ou da sociedade civil).²² O reforço da ética legislativa pode ajudar a evitar conflitos de interesses ou percepções de corrupção. Além disso, a transformação dos parlamentos em locais mais seguros para as mulheres trabalharem é essencial para melhorar a eficácia da representação diversificada na supervisão.²³

Nas forças armadas, princípios como a subordinação das forças armadas à autoridade civil democrática, a fidelidade ao Estado, o empenhamento na neutralidade política e uma cultura institucional ética são elementos-chave do profissionalismo. Os seus valores inerentes incluem a disciplina, a integridade, a honra, o sacrifício, o compromisso para com o bem maior da sociedade, a dedicação ao dever, a responsabilidade individual e a responsabilização pela agência moral e pelo serviço, em vez do interesse próprio.²⁴ Há também aqui exemplos de serviços de segurança africanos que demonstram um profissionalismo notável durante transições políticas, eleições e protestos. Isto pode granjear o respeito dos cidadãos e ser uma fonte de orgulho nacional. Em última análise, o profissionalismo é um produto complexo de políticas, estratégias, liderança política e compromisso pessoal com o Estado de direito no sector da segurança.

Em termos de ética e profissionalismo, a supervisão parlamentar da defesa e da segurança tende a amplificar certos "choques culturais" ou tensões institucionais entre estes intervenientes-chave em duas questões: transparência nas aquisições do sector da defesa e responsabilização do sector da segurança perante o público por danos a civis. A falta de transparência nos assuntos de defesa e segurança (e especialmente nas compras e aquisições) é preocupante para muitos africanos.²⁵ A investigação mostra que os países com menos "integridade na defesa" enfrentam ameaças mais graves à segurança e à estabilidade.²⁶ O Índice Ibrahim de Governança Africana refere que, embora os esforços de combate à corrupção tenham melhorado em África na última década, tem havido menos aplicação da lei contra as empresas que violam as regras dos contratos públicos de compras.²⁷ A proteção dos denunciadores, bem como uma supervisão legislativa isenta de clientelismo e de corrupção, podem ajudar a atenuar os desafios relacionados com as más práticas de aquisição ou de contratação e a contrabalançar eventuais deficiências nas inspeções e auditorias internas.²⁸ Do mesmo modo, os deputados têm frequentemente margem de manobra para influenciar a forma como o sector da defesa e segurança pode reforçar a proteção dos direitos humanos no seu trabalho. Os deputados podem colaborar com as instituições de "ombudsman" ou com as comissões de queixas civis para facilitar a apresentação de relatórios e a adjudicação de casos de violação do Estado de direito pelo sector da segurança.²⁹ Nos casos em que outros mecanismos de responsabilização falharam, os deputados também têm o poder único de privilégio para trazer à luz informações sobre abusos de segurança que, de outra forma, poderiam ser negadas ao público. Podem também familiarizar os cidadãos com as suas contrapartes da defesa e segurança, informar os cidadãos sobre as normas que esses funcionários seguem e medir a opinião popular sobre a gestão de recursos no sector da segurança.

Os deputados também precisam de ter acesso a informações fiáveis como base para a sua supervisão. As instituições do sector da defesa e segurança que estão empenhadas no processo de supervisão civil podem, elas próprias, servir como valiosos fornecedores de informação relevante. Mesmo quando é esse o caso, alguma informação sobre os contratos públicos no

domínio das compras para defesa e segurança podem ser excluídas do escrutínio público, por vezes em orçamentos secretos ou contas extra-orçamentais, alegadamente devido ao carácter sensível da informação.³⁰ Por vezes, a classificação de informação é necessária para proteger a segurança nacional. No entanto, a classificação excessiva de informação sobre segurança nacional pode "minar seriamente as principais salvaguardas institucionais contra o abuso do governo: independência dos tribunais, Estado de direito, supervisão legislativa, liberdade de imprensa e governo aberto".³¹ De um modo geral, as leis de liberdade de informação poderiam atenuar alguns destes desafios à supervisão legislativa; o mesmo poderia acontecer com a criação de "ombudsman" militares geridos por civis, independentes e com bons recursos para alertar os legisladores para questões éticas nas forças armadas.³² Também é da competência dos legisladores reformular a legislação sobre classificação que podem limitar o seu próprio trabalho.

Questões para discussão:

- Comparar e contrastar as definições de profissionalismo que os deputados e os responsáveis pela defesa/segurança utilizam para orientar os respetivos códigos de conduta ética. Onde é que existem sobreposições na missão e visão dos deputados e agentes militares e onde é que existem diferenças significativas na abordagem?
- Quais foram os pontos fortes e fracos do parlamento na facilitação da responsabilização do sector da segurança para defesa do Estado de direito na sua conduta para com os cidadãos? Quais foram os pontos fortes e fracos do sector da segurança na sua responsabilização perante os deputados e os seus eleitores para defesa dos direitos humanos e do Estado de direito? Podem os 3As (aptidão, autoridade, atitude) explicar estes resultados?
- Que medidas podem tomar os deputados e os responsáveis pela defesa e segurança para proteger a informação classificada e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios relacionados com a cultura do secretismo na supervisão parlamentar do sector da defesa e segurança?

Leituras Recomendadas:

1. Honorable Ibra Diouf, "Parliamentary Ethics," in [Parliamentary Oversight of the Security Sector: An ECOWAS Parliament-DCAF Guide for West African Parliamentarians](#), 2011, pp. 71-77.
["L'éthique parlementaire," in Contrôle parlementaire du secteur de la sécurité: Guide Parlement de la CEDEAO-DCAF à l'usage des parlementaires ouest-africains,](#) 2011, pp. 73-79.
"Ética parlamentar," [SUPERVISÃO PARLAMENTAR DO SECTOR DA SEGURANÇA Como aprovado pelo Parlamento da CEDEAO: Guia do Parlamento da CEDEAO-DCAF para Deputados Oeste Africanos](#), ed. Hans Born, Jean-Jacques Gacond & Boubacar Ndiaye, pp. 75-82.
2. Emile Ouedraogo, "[Advancing Military Professionalism in Africa](#)," CeAfrica Research Paper no. 6, Centro África de Estudos Estratégicos, 31 de julho, 2014.

["Pour la professionalisation des forces armées en Afrique](#), " Papier de recherche no. 6, Centre d'Etudes Stratégiques de l'Afrique, 21 de junho de 2014.

["Promoção do Profissionalismo Militar em África](#), " Um trabalho de pesquisa, 21 julho de 2014.

3. Annelize van Wyk, "[Parliamentary Oversight of the Police in South Africa: Lessons and Opportunities](#)," African Policing Civilian Oversight Forum Paper no. 10, 2014.
4. "[Organismos de Vigilância? The Quality of Legislative Oversight and Defense in 82 Countries](#)," Transparency International-Defense and Security," 2013.

Sessão 6: Construir Relações com as Comunidades e a Sociedade Civil

Formato: Sessão Plenária (quinta-feira, 16 de novembro, 13:30-15:00)

Grupo de Discussão (quinta-feira, 16 de novembro, 15:30-17:00)

Objetivos:

- Considerar as abordagens e ferramentas que os funcionários parlamentares e de defesa/segurança podem utilizar para ajudar os governos a criar políticas de segurança que reflitam os interesses de um leque abrangente de constituintes e incorporem os conhecimentos da sociedade civil.
- Comparar e contrastar as formas como os deputados e os responsáveis pela defesa/segurança podem aprender com os cidadãos para quem trabalham, quer através de visitas a locais, consultas de investigação, dias abertos em instituições governamentais, fundos para os círculos eleitorais, trabalho em assuntos civis, etc.
- Analisar as ferramentas de que os deputados e os funcionários do sector da segurança dispõem para melhorar a sua comunicação pública com os eleitores e as comunidades sobre questões e políticas de segurança, de modo a criar confiança junto deles.

Contexto:

Os cidadãos, a sociedade civil e os meios de comunicação social também têm um papel importante a desempenhar na supervisão do sector da defesa e segurança. "Têm uma importante função de supervisão, sensibilizando o público em geral para o papel das forças armadas e chamando a atenção para as áreas de reforma".³³ Podem também exercer pressão popular sobre todas as instituições governamentais para que implementem reformas e prestem serviços.³⁴ Algumas organizações da sociedade civil têm o conhecimento, os recursos e a experiência para oferecer formações de que o parlamento e outras instituições governamentais podem beneficiar, por exemplo, sobre temas como a análise do orçamento, os direitos humanos, o direito internacional, a elaboração de códigos de conduta, a análise da segurança em função do género, etc.³⁵ Os parlamentos podem cultivar laços com essas organizações e considerar a possibilidade de aproveitar as oportunidades que elas oferecem; os funcionários da defesa e segurança que trabalham em áreas onde esses grupos da sociedade civil desenvolvem o seu trabalho também podem beneficiar de trabalhar com eles em projetos de interesse mútuo ou de aprender com as informações que eles fornecem.

Em muitos aspetos, os cidadãos são os críticos mais severos e os professores mais perspicazes, tanto dos deputados como dos funcionários do sector da segurança. Os deputados que procuram assegurar uma defesa e segurança adequadas aos seus eleitores estão mais aptos a fazer o seu trabalho quando dispõem de ampla informação sobre as prioridades e preocupações de segurança dos seus eleitores. O envolvimento parlamentar com líderes locais, grupos da sociedade civil e organizações comunitárias também pode melhorar a segurança dos cidadãos, ligando as preocupações locais à análise nacional e regional das ameaças e ao desenvolvimento de respostas. As forças armadas e a polícia são mais capazes de fazer o seu trabalho quando compreendem não só o terreno físico, mas também a vida quotidiana das pessoas que vivem nas comunidades para as quais trabalham. As missões de envolvimento civil-militar e as missões de policiamento comunitário empreendidas pelo sector da segurança visam objetivos semelhantes de confiança e de reforço da segurança. Desenvolver e aperfeiçoar as suas estratégias de envolvimento da comunidade é, por conseguinte, um passo benéfico que tanto os deputados

como os funcionários da defesa/segurança podem considerar.³⁶ Embora abordem o envolvimento da comunidade de forma diferente, há ainda uma aprendizagem mútua a fazer, bem como uma aprendizagem com os próprios cidadãos.

No entanto, os deputados têm a oportunidade de sensibilizar para as políticas relevantes, catalisar o diálogo sobre as mesmas e facilitar a participação dos cidadãos na supervisão legislativa do sector da defesa e segurança. Os instrumentos disponíveis para o efeito variam e dependem também do grau de disponibilidade dos responsáveis pela defesa/segurança para fornecerem informação e procurarem compromissos que facilitem o processo da sua responsabilização. Os deputados e os seus funcionários podem recolher informação independente sobre defesa e segurança junto da sociedade civil e dos meios de comunicação social. Podem também trabalhar com a sociedade civil para aceder a determinados líderes comunitários e sectores da sociedade que tenham conhecimentos sobre questões específicas que são objeto de supervisão. Podem também visitar zonas específicas do país, em parceria ou separadamente das próprias forças de defesa e segurança. Noutros casos, as comissões parlamentares criaram os seus próprios mecanismos de supervisão da polícia nas comunidades e utilizaram os canais da sociedade civil e dos meios de comunicação social para comunicar o que observaram. Existem muitas outras formas criativas de interagir com a população, como submeter projetos de lei relevantes a audições públicas e utilizar sessões públicas de perguntas ao governo para consultar os eleitores sobre questões de defesa e segurança.

Os meios de comunicação social serão um parceiro crucial para os deputados chegarem ao público com a sua mensagem mais alargada. Os deputados poderão considerar ligações aos meios de comunicação social para aumentar a sensibilização para o papel do parlamento na promoção de debates políticos são outras práticas dignas de nota. Nalguns casos, os deputados podem também convidar os meios de comunicação social para certas sessões, a fim de dar a conhecer o seu trabalho. O jornalismo de interesse público pode melhorar a boa governança do sector da segurança quando providencia uma análise crítica e independente das questões de defesa nacional e de segurança pública que preocupam o público. A promoção de uma relação construtiva e respeitosa com os meios de comunicação social críticos e independentes é uma das formas mais eficazes de os deputados contribuírem para o diálogo público sobre segurança que beneficiará os princípios da responsabilização e da transparência.

Fontes de dados respeitáveis e representativas – como os inquéritos do Afrobarómetro realizados por equipas locais em mais de 30 países – são janelas adicionais para o que os eleitores pensam sobre o parlamento, as forças de defesa e segurança e os desafios de segurança quotidianos. Em geral, as forças armadas são uma instituição mais confiável do que o parlamento ou a polícia. Alguns dados indicam a necessidade de os parlamentos intensificarem os seus esforços para se ligarem à diversidade dos seus eleitores. Por exemplo, 77% dos africanos inquiridos no Afrobarómetro concordam que o presidente "deve sempre obedecer à lei e aos tribunais" mesmo que pense que estão errados, e 62% acreditam que é mais importante para um governo ser responsabilizado perante o povo do que "fazer o que lhe compete".³⁷ No entanto, apenas quatro em cada dez africanos acreditam que "as eleições funcionam bem e garantem que os representantes no Parlamento refletem a opinião dos eleitores".³⁸ Para começar, a maioria dos cidadãos afirma que o desemprego dos jovens é uma questão premente, contudo uma minoria considera que os seus governos estão a tratar adequadamente do problema.³⁹

Estes dados atestam a importância de os parlamentos intensificarem a forma como utilizam as ferramentas e técnicas existentes para se aproximarem dos eleitores, consultarem peritos da sociedade civil sobre questões de segurança e defesa e trabalharem com os meios de comunicação social para demonstrarem o trabalho do mandato legislativo para tratar as preocupações de segurança. Além disso, os deputados podem beneficiar da participação de grupos tradicionalmente sub-representados, não só mulheres e jovens, nas suas consultas, debates e visitas paralelas. Os serviços de defesa e segurança podem ter ligações com pessoas em áreas específicas onde trabalham, cujo contributo pode ser útil também para os deputados. A representação em si também é importante: ter mulheres e jovens no parlamento é crucial e dar-lhes oportunidades de integrarem comissões de defesa e segurança, contas públicas e assuntos internos é essencial para forjar melhores políticas. Os grupos regionais de mulheres – como o SADC Parliamentary Forum's Regional Women's Parliamentary Caucus (RWPC) – são dignos de nota por promoverem uma maior integração das mulheres deputadas na defesa e segurança.

Questões para Discussão:

- Quais são as tendências e os desafios em matéria de segurança que sente maior necessidade de dar prioridade enquanto deputado (ou agente da defesa/segurança) no seu país? O que é que os seus eleitores (ou concidadãos para quem trabalha) pensam sobre estas questões?
- Existem questões de segurança na África Austral para as quais seria benéfico um envolvimento conjunto com as comunidades por parte do sector da defesa/segurança e dos parlamentos?
- Quais foram alguns dos êxitos e desafios que teve na interação com os meios de comunicação social sobre questões de defesa e segurança? Os 3As (aptidão, autoridade, atitude) ajudam a explicar os êxitos e os desafios que tiveram?
- As estratégias de envolvimento da comunidade são elementos importantes das relações públicas, tanto para os parlamentos como para as instituições de defesa/segurança. No seu país, como é que estas duas instituições diferentes abordam o seu envolvimento com as comunidades, a sociedade civil e o mundo académico? Onde existem interesses comuns no envolvimento e onde existem tensões na abordagem e no método?

Leituras Recomendadas:

1. Kossi Agokla, Auwal Ibrahim Musa & Egghead Odewale, "[The Role of Civil Society and the Media](#)," in *Parliamentary Oversight of the Security Sector: ECOWAS-DCAF Guide for West African Parliamentarians*, ed. Hans Born, Jean-Jacques Gacond & Boubacar Ndiaye, 2011, páginas 313-327.

"[Rôle de la société civile et des médias](#)," dans *Contrôle Parlementaire du Secteur de la Sécurité*, eds. Hans Born, Jean-Jacques Gacond & Boubacar Ndiaye, 2011, páginas 339-354.

"[O papel da sociedade civil e da comunicação social](#)," SUPERVISÃO PARLAMENTAR DO SECTOR DA SEGURANÇA Como aprovado pelo Parlamento da CEDEAO a 29 de

setembro de 2010 Guia do Parlamento da CEDEAO-DCAF para Deputados Oeste Africanos, ed. Hans Born, Jean-Jacques Gacond & Boubacar Ndiaye, 339-356.

2. União Interparlamentar. "Strategic Priorities for Engagement," in [Global Parliamentary Report 2022: Public Engagement in the Work of Parliament](#), pp. 44-60.

União Interparlamentar. "Les priorités stratégiques de l'engagement publique, » [Rapport Parlementaire Mondial 2022 : Associer le public aux activités du parlement](#)," pages 48-67.

3. Africa Center for Strategic Studies, "A Gender Perspective on Strengthening Relationships Between Parliament and the Security Sector," enclosed with syllabus.

Centre d'Etudes Stratégiques de l'Afrique, " Une perspective de genre pour le renforcement des relations entre le Parlement et le secteur de la sécurité," communique ci jointe avec ce programme détaillé.

Centro África de Estudos Estratégicos, «O presente programa pormenorizado é acompanhado de um projeto de reforço das relações entre o Parlamento e o sector da segurança,» o programa pormenorizado encontra-se em anexo.

Sessão 7: O Fórum Parlamentar da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (FP da SADC) e o seu Papel na Governança do Sector da Segurança

Formato: Sessão Plenária (sexta-feira, 17 de novembro, 9:00-10:00)

Objetivos:

- Compreender os papéis, as responsabilidades e as iniciativas atuais relacionadas com a segurança, a defesa e a governança democrática que o Fórum Parlamentar da SADC está a levar a cabo
- Examinar os compromissos do Fórum Parlamentar da SADC em matéria de democracia, direitos humanos e governança que promovem os papéis do parlamento na responsabilização e na supervisão
- Analisar como as tendências recentes na governança africana se relacionam com o avanço da segurança dos cidadãos e como o Fórum Parlamentar da SADC, enquanto parlamento regional, se enquadra nesta agenda

Contexto:

Os organismos parlamentares regionais, como o Fórum Parlamentar da SADC, são úteis para coordenar as abordagens nacionais aos desafios da defesa e da segurança e, a nível continental, o Parlamento Pan-Africano está a fazer progressos semelhantes. Estes organismos distintos oferecem aos deputados e aos seus funcionários a oportunidade de partilharem conhecimentos, experiências, ferramentas e práticas para uma supervisão, responsabilização e divulgação eficazes em todos os países.

O Fórum Parlamentar da SADC (FP da SADC) foi criado como uma instituição da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, em conformidade com o n.º 2 do artigo 9.º do Tratado da SADC, em 8 de setembro de 1997, pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC realizada em Blantyre, no Malawi. O principal objetivo da Cimeira para a criação do Fórum era "constituir um Quadro Parlamentar Regional para o diálogo sobre questões de interesse e preocupação regional". Atualmente, o Fórum Parlamentar da SADC é composto por quinze parlamentos, representando mais de 3500 deputados da região da SADC. Os parlamentos membros são: Angola, Botswana, República Democrática do Congo (RDC), Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábwe.

O Fórum procura trazer as experiências regionais para o nível nacional, para promover as melhores práticas no papel dos parlamentos na cooperação e integração regional, tal como definido no Tratado da SADC e na Constituição do Fórum. O seu principal objetivo é proporcionar uma plataforma para que os parlamentos e os parlamentares promovam e melhorem a integração regional na região da SADC, através do envolvimento parlamentar.

Os objetivos do Fórum abordam uma vasta gama de questões, incluindo muitas relacionadas com a boa governança do sector da segurança e a promoção da segurança dos cidadãos, nomeadamente, mas não exclusivamente:

- Promover os direitos humanos, a igualdade de género, a boa governança, a democracia e a transparência;
- Promover a paz, a segurança e a estabilidade;

- Acelerar o ritmo da cooperação económica, do desenvolvimento e da integração com base na equidade e nos benefícios mútuos;
- Facilitar a o funcionamento em rede com outras organizações interparlamentares;
- Promover a participação das organizações não governamentais, das empresas e das comunidades intelectuais nas atividades da SADC;
- Familiarizar as populações da SADC com as metas e objetivos da SADC; e
- Informar a SADC das opiniões populares sobre o desenvolvimento e as questões regionais.⁴⁰

O Fórum Parlamentar da SADC é conhecido pelas referências para Parlamentos Democráticos, estabelecendo padrões mínimos para o desempenho e desenvolvimento parlamentar efetivo na região. Estes parâmetros de referência são muito ricos, tanto em teoria como na prática, para os esforços nacionais e regionais destinados a melhorar a supervisão legislativa do sector da defesa e segurança. Os compromissos do Fórum Parlamentar da SADC com o Fórum da Juventude da SADC (SAYoF) e a sua própria Bancada Parlamentar Feminina Regional (RWPC) também ajudaram a envolver um vasto leque de cidadãos e representantes da comunidade como principais intervenientes em conversações relacionadas com a paz, a segurança, a democracia e a boa governança. O Fórum Parlamentar da SADC também realiza regularmente audições públicas online das comissões parlamentares permanentes regionais.

Leituras Recomendadas:

1. Fórum Parlamentar da SADC, "[Benchmarks for Democratic Legislatures in Southern Africa](#)," 2012.
"[Les points de repere du Forum Parlementaire de la SADC pour les Lois Democratiques en Afrique Australe](#)," 2012. [dans le document apres la section en anglais]
"[Parâmetros de referência para parlamentos democráticos na África Austral](#)," 2012. [no documento após a secção em inglês e francês]
2. Fórum Parlamentar da SADC, « [Principles and Guidelines for Parliaments on Curbing Corruption in the SADC Region](#). »
3. Fórum Parlamentar da SADC, « [Concept Note and Programme : Regional Policy Dialogue on 'Strengthening Separation of Powers and Parliamentary Oversight in the SADC Region : A Leap Towards Democratic Accountability and Inclusive Governance.'](#) »

¹ Adedeji Ebo, "Parliamentary Oversight of the Security Sector in West Africa: Addressing Democratic Governance Deficits," in Adedeji Ebo and Boubacar N'Diaye, eds. *Parliamentary Oversight of the Security Sector in West Africa: Opportunities and Challenges*, DCAF, 2008: 7.

² Fairlie Chappuis, ed. SSR Backgrounder Series, "Security Sector Governance: Applying Principles of Good Governance to the Security Sector," Geneva Centre for Security Sector Governance, 2015.

³ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, "SADC Vision 2050," https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/SADC_Vision_2050..pdf

⁴ Fairlie Chappuis, ed. SSR Backgrounder Series, "Security Sector Governance: Applying Principles of

Good Governance to the Security Sector," Geneva Centre for Security Sector Governance, 2015.

⁵ O *Relatório Parlamentar Global* de 2017 da União Interparlamentar resume isto como as "três obrigações essenciais interligadas", ou seja, "a obrigação das autoridades públicas, principalmente do governo, de fornecer informações sobre as suas decisões e ações e de as justificar perante o parlamento e a população; a obrigação do parlamento de examinar as decisões e ações do governo ou de outras autoridades públicas e de fornecer recomendações construtivas e adequadas; a obrigação dos responsáveis de responder adequadamente às conclusões do parlamento sobre o assunto em análise" (13).

⁶ Ebo, *op.cit.*, 10.

⁷ Ken Opalo, *Legislative Development in Africa*. Londres: Cambridge University Press, 2020.

⁸ Nayé Bathily, *L'éveil des Parlements africains*. Paris : Karthala, 2020.

⁹ Hans Born, Jean-Jacques Jacond, e Boubacar N'Diaye, eds. [Parliamentary Oversight of the Security Sector: An ECOWAS Parliament-DCAF Guide for West African Parliamentarians](#), 2011.

¹⁰ Ebom *op.cit.*, 6.

¹¹ Fairlie Chappuis, ed. "The Armed Forces: Roles and Responsibilities in Good Security Sector Governance," Geneva Centre for Security Sector Governance, 2015.

¹² "Conditions for Effective Parliamentary Oversight", em Born, Jacond e N'Diaye, *op.cit.*

¹³ Nayé Bathily, "Africa takes historic lead in female parliamentary speakers", February 13, 2020, <https://blogs.worldbank.org/nasiliza/africa-takes-historic-lead-female-parliamentary-speakers>

¹⁴ Joseph Asunka & E. Gyimah-Boadi, "[Do Africans want democracy – and do they think they're getting it?](#)" *The Washington Post*, 22 de outubro de 2021.

¹⁵ Cancian 2017

¹⁶ Kwesi Aning & Joseph Siegle, "Assessing Attitudes of the Next Generation of African Security Sector Professionals," Africa Center for Strategic Studies, 2021.

¹⁷ Government Defense Integrity Index 2020 Global Report: Disruption, Democratic Governance, and Corruption Risk in Defense Institutions, Transparency International-Defense and Security, 2021.

¹⁸ 2020 Mo Ibrahim Index of African Governance: Index Report, Mo Ibrahim Foundation: 55.

¹⁹ Government Defense Integrity Index, *op.cit.*: 95.

²⁰ Bernard Harborne, William Dorotinsky e Paul Bisca (Eds.), "Securing Development: Public Finance and the Security Sector." The World Bank, 2017

²¹ Jean Rousselle, "Les déontologues et les codes d'éthique des Parlements de l'espace francophone, " Organisation Internationale de la Francophonie, 2017.

²² For more on this in the global comparative context, see National Democratic Institute, "Legislative Ethics: A Comparative Analysis," 1999.

²³ Inter-Parliamentary Union, "Sexism, harassment, and violence against women in parliaments in Africa," 2021.

²⁴ Emile Ouedraogo, "Advancing Military Professionalism in Africa". *Research Paper No. 6*. Centro África de Estudos Estratégicos, páginas 1-3, 2014.

²⁵ Kwesi Aning & Joseph Siegle, "[Assessing Attitudes of the Next Generation of African Security Sector Professionals](#)," Africa Center for Strategic Studies, 2021.

²⁶ Government Defense Integrity Index 2020 Global Report: Disruption, Democratic Governance, and Corruption Risk in Defense Institutions, Transparency International-Defense and Security, 2021.

²⁷ 2020 Mo Ibrahim Index of African Governance: Index Report, Mo Ibrahim Foundation: 55.

²⁸ *Ibid*: 95.

²⁹"[Parliament and Democracy in the Twenty-First Century: A Guide to Good Practice](#)", União Interparlamentar, 2006.

³⁰ *The Missing Element: Addressing Corruption through Security Sector Reform in West Africa*, Transparency International-Defense and Security, 2020.

³¹ [Princípios Globais sobre Segurança Nacional e Direito à Informação \(Princípios de Tshwane\)](#), Iniciativa de Justiça da Sociedade Aberta, 2013: 6.

³² Ouedraogo, *op.cit.*

³³ Ouedraogo, *op.cit.*

³⁴ *The Missing Element: Addressing Corruption through Security Sector Reform in West Africa*, Transparência Internacional-Defesa e Segurança, 2020: 227.

³⁵ Augustin Loada & Ornella Moderan, "Civil Society Involvement in Security Sector Reform and Governance," DCAF, 2015: 22; Born, Jacond e N'Diaye, *op.cit.*

³⁶ Inter-Parliamentary Union, *Global Parliamentary Report 2022: Public Engagement and the Work of Parliament*, 2022.

³⁷ Asunka e Logan, *op.cit.*

³⁸ Fredline M'Cormack-Hale e Mavis Zupork Dome, "Support for Elections Weakens Among Africans; Many See Them As Ineffective for Holding Leaders Accountable", Afrobarometer Dispatch 425 (2021): 2.

³⁹ Gildfred Asiamah, Ousmane Djiby Sambou e Sadhiska Bhoojedur, "Africans Say Governments aren't Doing Enough to Help Youth", Afrobarometer Dispatch 486 (2021): 2.

⁴⁰ SADC PF, "História do Fórum Parlamentar da SADC, "<https://www.sadcpf.org/index.php/en/about-us/brief-history-of-sadc-pf>